

**HABEAS CORPUS Nº 546.604 - MA (2019/0347564-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : WERBERTY ARAUJO DE OLIVEIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : WENDEL ARAUJO DE OLIVEIRA - MA008879A  
LUCIANO RIPARDO DANTAS - PI009221  
WERBERTY ARAUJO DE OLIVEIRA - PI012004  
JULIANE ARAUJO DE OLIVEIRA - PI014160  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : MARCOS MACIEL CRUZ DE SOUSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS MACIEL CRUZ DE SOUSA, no qual aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no julgamento do HC n. 0801852-12.2019.8.10.0000, com a seguinte ementa:

*PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO NA FORMA TENTADA. USO DE DOCUMENTO FALSO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO CONCRETO. NÃO CONFIGURADO. PRISÃO MANTIDA. ORDEM DENEGADA.*

*I. No caso, o decreto preventivo encontra-se suficientemente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, em especial, na delação promovida por um dos indiciados que apontou o paciente como participante ativo em associação criminosa voltada para a prática de delitos contra instituições financeiras, em ações planejadas junto com outros agentes, a demonstrar a efetiva necessidade da segregação cautelar, para fins de resguardar a ordem pública;*

*II. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, obstarem a custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como na espécie;*

*III. Demonstrada a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não é possível a aplicação das providências previstas no art. 319 do CPP;*

*IV. Em consulta ao sistema informatizado deste e.*

*Tribunal, verifico que o paciente é propenso à reiteração delitiva, visto que existe registro de inquérito policial em andamento, processo nº 4580/2018, na Central de Inquéritos e Custódia da Comarca de Imperatriz/MA, em que se apura o delito capitulado no art. 215 do CP, o que demonstra contumácia criminosa e a periculosidade concreta do agente.*

*V. Habeas corpus conhecido e denegada a ordem.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Noticiam os autos que o paciente se encontra preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 171, caput, e 304 c/c o art. 14, II, todos do Código Penal (e-STJ fls. 22-26).

Segundo a impetração, o paciente sofreria constrangimento ilegal, em resumo, porque o decreto de “prisão preventiva é desproporcional e insuficiente de fundamentos para não aplicação das medidas cautelares prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal” (e-STJ fl. 83).

Acrescenta que, no julgamento do *mandamus*, o TJMA acrescentou indevidamente fundamentos relativos à existência de inquérito policial em curso para manter a custódia cautelar do paciente.

Requer a concessão de liminar para aguardar em liberdade o julgamento de mérito deste *writ*. No mérito, a concessão da ordem, para que a segregação cautelar seja substituída por outra medida cautelar do art. 319 do CPP, expedindo-se contramandado de prisão ou alvará de soltura.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 66-69):

*[...]*

*Extrai-se dos autos que tramita na 2ª Vara da Comarca de João Lisboa/MA o processo-crime nº 45/2019, no qual o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Hilton de Souza Rocha, Tennilton Pereira Souza, Leonardo Vieira Leal, Elitania da Silva Alves, Telmir Pereira Souza, Clemilda Rosa de Oliveira Marcos Maciel Cruz de Sousa pela prática dos crimes capitulados nos arts. 171, 197, 299, 304 e 288 c/c 14, I, 29 e 71, todos do Código Penal.*

*No caso, o paciente teve a prisão preventiva decretada em 14.2.2019, por representação promovida pela autoridade policial, após investigações, notadamente a delação de Tennilton Pereira de Souza, que o apontou como integrante de associação criminosa com participação ativa e tarefas bem definidas na empreitada delituosa.*

*Na decisão que decretou o encarceramento preventivo do paciente, a juíza de 1º grau justificou o cárcere na materialidade e indícios suficientes de autoria, além da necessidade de resguardar a ordem pública, tendo em vista a lesividade que a conduta da paciente e seus*

*companheiros causam ao meio social, merecendo destaque:*

*[...]*

*Ao prestar as informações (ID nº 3245707), a magistrada esclareceu que o paciente não foi preso preventivamente, pois não foi localizado, conforme informado pela autoridade policial, entretanto, constituiu advogado nos autos da ação penal nº 45/2019.*

*Segundo consta da denúncia (ID nº 3245707, pág. 6-14), o paciente seria membro de uma associação criminosa direcionada à obtenção de sucessivas vantagens financeiras contra instituições bancárias, seus correntistas e a previdência social, sendo responsável por obter dados de potenciais vítimas e financiar as atividades dos outros integrantes da organização, através de depósitos nas contas bancárias de Tennilton Pereira Souza, para que ele custeasse as despesas necessárias ao seu deslocamento entre as cidades e a cooptação de pessoas para se passarem por outras perante as instituições financeiras.*

*Na espécie, ao contrário do que alega o impetrante, observo que o decreto preventivo encontra-se suficientemente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, em especial, da delação promovida pelo corréu Tennilton Pereira de Souza, que apontou o paciente como participante ativo de organização criminosa voltada à prática de infrações contra instituições financeiras, em ações planejadas e com tarefas definidas, a demonstrar a efetiva necessidade da segregação cautelar, para fins de resguardar a ordem pública, conforme consta da peça acusatória anexada ao ID nº 3245707, pág. 6-14.*

*Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão cautelar está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo que se falar em ilegalidade capaz de justificar a sua revogação, pois, como visto, a juíza singular fundamentou o decreto prisional em dados concretos dos autos, em especial na prova oral colhida, não havendo que se falar em ergástulo decretado exclusivamente com base nos dados extraídos do aparelho celular de Tennilton Pereira Souza.*

*Como se observa dos autos, a decisão que decretou a quebra do sigilo (8.2.2019) foi proferida em data anterior à decretação da prisão preventiva do paciente (14.2.2019), indicando que a análise das mensagens extraídas do smartphone apreendido foi autorizada*

*judicialmente.*

*[...]*

*Logo, verifica-se o ergástulo cautelar encontra-se fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do paciente acarretaria risco à garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, o que justifica a medida constritiva, tendo em vista que não consta dos autos informações de que o paciente foi efetivamente preso, segundo informou a magistrada de 1º grau e conforme se observa do Sistema, em que consta registro de realização da audiência de JurisConsult instrução sem a presença do paciente, fazendo crer que o mandado de prisão sequer foi cumprido.*

*Ademais, em consulta ao sistema informatizado deste e. Tribunal, verifico que o paciente é propenso à reiteração delitiva, visto que existe registro de inquérito policial em andamento, processo nº 4580/2018, na Central de Inquéritos e Custódia da Comarca de Imperatriz/MA, em que se apura o delito capitulado no art. 215 do CP, o que demonstra contumácia criminosa e a periculosidade concreta do agente.*

*Destaco que inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula nº 444, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva.*

*Com efeito, o fato de responder a outro processo indica a periculosidade do agente e recomenda a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública, haja vista a sua reiteração delitiva.*

*[...]*

*Quanto às medidas cautelares alternativas à prisão, por ter sido demonstrado pelo magistrado processante, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, entendo não ser possível a aplicação das providências previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.*

*[...]*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator